

Colombo Agroindústria S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
março de 2025**

KPDS 1468476

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthiesen.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código B6A8-7DA2-0D56-282A.

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthiesen.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código B6A8-7DA2-0D56-282A.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas das demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da
Colombo Agroindústria S.A.**
Ariranha – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Colombo Agroindústria S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Colombo Agroindústria S.A. em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthesen.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código B6A8-7DA2-0D56-282A.

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthesen.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código B6A8-7DA2-0D56-282A.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo dos ativos biológicos

Veja as Notas 7.f e 14 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia mensura os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar ao valor justo menos a despesa de venda, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC - 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola.</p> <p>A determinação do valor justo menos a despesa de venda requer a utilização de premissas e estimativas, que incluem entre outras: a área estimada de colheita, o valor de kg do Açúcar Total Recuperável (ATR), produtividade prevista (toneladas de cana por hectares), quantidade total de ATR e taxa de desconto.</p> <p>Devido às incertezas relacionadas às premissas utilizadas na determinação do valor justo menos a despesa de venda, ao impacto que eventuais mudanças nas premissas e estimativas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e à relevância dos montantes de ativos biológicos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade dos dados relevantes e das premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo do ativo biológico, mediante comparação das informações disponíveis com dados observáveis de mercado, e quando aplicável, com dados históricos; e– Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes relacionadas ao valor justo do ativo biológico. <p>Como resultado do entendimento do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração do ativo biológico de cana-de-açúcar ao valor justo menos despesas com vendas, identificamos a necessidade de melhorias dos controles internos que alteraram nossa abordagem de auditoria e, conseqüentemente, ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os valores justo dos ativos biológicos e as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2025.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 06 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

Colombo Agroindústria S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.295.708	868.633	Fornecedores	20	221.729	212.293
Contas a receber	11	194.897	201.666	Empréstimos e financiamentos e debêntures	21	498.806	48.804
Estoques	12	284.756	309.306	Instrumentos financeiros derivativos	26	37.956	8.642
Ativo biológico	14	535.663	776.788	Parcerias agrícolas a pagar	18	226.801	237.612
Adiantamentos à fornecedores	13	99.174	128.387	Arrendamentos a pagar	18	24.129	14.826
Impostos à recuperar	16	144.626	91.261	Impostos e contribuições a recolher	22	27.341	35.138
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	27	166.046	105.078	Imposto de renda e contribuição social a recolher	27	-	31.058
Instrumentos financeiros derivativos	26	8.892	6.548	Salários e encargos a recolher		42.139	42.531
Outros ativos		8.417	6.653	Adiantamentos de clientes		17.690	6.303
Total do ativo circulante		2.738.179	2.494.320	Dividendos a pagar		-	84.552
				Outras obrigações		55.756	33.369
Total do ativo circulante		2.738.179	2.494.320	Total do passivo circulante		1.152.347	755.128
Não circulante				Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	26	1.970	-	Outras obrigações		15.994	44.539
Impostos a recuperar	16	5.423	5.835	Empréstimos e financiamentos e debêntures	21	2.044.873	1.793.351
Depósitos judiciais	17	25.662	25.724	Instrumentos financeiros derivativos	26	77.104	23.257
Total do realizável a longo prazo		33.055	31.559	Parcerias agrícolas a pagar	18	1.587.272	978.630
				Arrendamentos a pagar	18	109.157	59.833
Investimentos		280	201	Provisão para demandas judiciais	23	95.696	45.235
Direito de uso	18	1.983.561	1.269.767	Passivo fiscal diferido	27	109.832	121.712
Imobilizado	19	2.577.871	2.199.096	Total do passivo não circulante		4.039.928	3.066.557
Total do realizável a longo prazo		4.561.712	3.469.064	Patrimônio líquido	24		
				Capital social		1.888.018	1.612.787
				Reservas de lucros		172.852	472.688
				Ajustes de avaliação patrimonial		79.801	87.783
Total do ativo não circulante		4.594.767	3.500.623	Total do patrimônio líquido		2.140.671	2.173.258
Total do ativo		7.332.946	5.994.943	Total do passivo		5.192.275	3.821.685
				Total do passivo e patrimônio líquido		7.332.946	5.994.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Colombo Agroindústria S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	28	2.953.512	3.161.203
Variação do valor justo de ativos biológicos	14	(287.509)	8.338
Custo dos produtos vendidos	29	<u>(2.236.364)</u>	<u>(2.226.690)</u>
Lucro bruto		<u>429.639</u>	<u>942.851</u>
Despesas com vendas	29	(144.312)	(187.483)
Despesas administrativas	29	(132.258)	(105.670)
Perda por redução ao valor recuperável no contas a receber	11	481	(2.287)
Outras receitas	30	208.261	126.478
Outras despesas	31	<u>(53.550)</u>	<u>(6.943)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>308.261</u>	<u>766.946</u>
Receitas financeiras	32	212.391	254.358
Despesas financeiras	32	<u>(609.288)</u>	<u>(517.439)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(396.897)</u>	<u>(263.081)</u>
Resultado antes dos impostos		(88.636)	503.865
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	11.880	35.018
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	<u>31.058</u>	<u>(182.876)</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>42.938</u>	<u>(147.858)</u>
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício		<u>(45.698)</u>	<u>356.007</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Colombo Agroindústria S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	(45.698)	356.007
Resultado abrangente total	<u>(45.698)</u>	<u>356.007</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthesen.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código B6A8-7DA2-0D56-282A.

Colombo Agroindústria S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros						Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Reservas de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	
Saldos em 31 de março de 2023	1.456.934	56.761	202.389	72.903	-	96.248	1.885.235
Integralização de capital	155.853	-	-	-	-	-	155.853
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	8.465	(8.465)	-
Reserva legal	-	17.800	-	-	(17.800)	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	(139.285)	-	-	-	(139.285)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(84.552)	-	(84.552)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	356.007	-	356.007
Reserva para retenção de lucros	-	-	262.120	-	(262.120)	-	-
Saldos em 31 de março de 2024	1.612.787	74.561	325.224	72.903	-	87.783	2.173.258
Integralização de capital	275.231	-	-	-	-	-	275.231
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	7.982	(7.982)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(262.120)	-	-	-	(262.120)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(45.698)	-	(45.698)
Absorção do prejuízo	-	-	(37.716)	-	37.716	-	-
Saldos em 31 de março de 2025	1.888.018	74.561	25.388	72.903	-	79.801	2.140.671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Colombo Agroindústria S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício		(45.699)	356.007
Ajustes para:			
Depreciação	29	51.582	48.909
Provisão para contingências		50.461	6.310
Amortização Lavoura	29	308.868	277.808
Amortização de entressafra	29	190.929	230.830
Amortização de direito de uso	29	301.883	330.210
Provisão para perda de estoque		886	(549)
Redução decorrente de colheita (trato)	29	338.105	308.169
Resultado na venda de ativo imobilizado	30	(5.758)	(6.540)
Perdas (ganhos) não realizados com derivativos	31	95.714	1.570
Juros de empréstimos e financiamentos	32	237.025	202.667
Amortização de custos de empréstimo	32	4.878	3.563
Juros de parcerias e arrendamentos	32	146.807	134.268
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	(11.880)	(35.018)
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	(31.058)	182.876
Valor justo Cbíos	30	42.217	53.465
Provisão estimada para perdas com créditos	11	(7)	2.287
Valor justo do ativo biológico	14	287.509	(8.338)
Contas a receber		6.776	(55.669)
Estoques		(69.284)	(154.160)
Adiantamentos a fornecedores		29.213	(24.922)
Impostos a recuperar		(202.885)	(279.952)
Outros ativos		(1.771)	(1.460)
Depósitos judiciais e outros		62	(39)
Fornecedores		9.434	61.863
Instrumentos financeiros derivativos		14.468	(12.551)
Impostos e contribuições a recolher		104.812	267.402
Imposto de renda e contribuição social		49.130	(42.052)
Salários e encargos a recolher		(383)	11.143
Adiantamentos de clientes		11.387	(197)
Outras obrigações		(6.240)	(22.350)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.907.181	1.835.550
Juros pagos sobre empréstimos	21	(115.225)	(162.071)
Juros pagos sobre arrendamentos e parcerias agrícolas	18	(166.016)	(102.591)
Imposto de renda e contribuição social pagos	27	(107.914)	(151.103)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.518.026	1.419.785
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	19	(540.780)	(383.429)
Recebimento por venda de imobilizado		14.134	16.041
Investimento em plantas portadoras - plantio de cana-de-açúcar	19	(386.052)	(355.284)
Investimentos em ativo biológico - tratos culturais	14	(402.368)	(379.198)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(1.315.066)	(1.101.870)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital	24	275.231	155.853
Empréstimos, financiamentos e debêntures tomados	21	757.396	411.268
Dividendos pagos	24	(346.642)	(181.416)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	21	(182.550)	(453.462)
Pagamentos de parcerias e arrendamentos agrícolas	18	(262.452)	(302.701)
Instrumentos financeiros derivativos (Recebidos) pagos	26	(16.868)	26.920
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos		224.115	(343.538)
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		427.075	(25.623)
Demonstração do aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		868.633	894.256
No fim do exercício		1.295.708	868.633
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		427.075	(25.623)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Colombo Agroindústria S.A. (“Companhia” ou “Entidade”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo, a Companhia possui três unidades industriais localizadas nos municípios de Ariranha, Palestina e Santa Albertina, todos no Estado de São Paulo.

A Companhia tem como atividades preponderantes a industrialização de cana-de-açúcar para a fabricação e a comercialização de (i) açúcar cristal, (ii) açúcar refinado (iii) açúcar demerara (iv) açúcar orgânico (v) etanol anidro (vi) etanol hidratado e (vii) cogeração de energia elétrica.

A Companhia é controlada pela holding Angelina Colombo Participações S.A com participação de 98,55% no capital votante.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação as normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas pela administração (“Administração”) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessa demonstração financeira foi aprovada pela Administração em 06 de junho de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos e base de mensuração

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos seus ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) **Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 18:** O prazo dos arrendamentos foi mensurado de acordo com expectativa razoável da Administração da sua manutenção, assumindo o exercício de opção de prorrogação.

(ii) **Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 11: A Companhia reconhece provisão para “Perdas por redução ao valor recuperável no contas a receber” no qual segue a metodologia simplificada de abordagem. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de perdas. A Companhia mensura essa provisão criando uma matriz de idade de saldo do contas a receber. Com base nessa matriz e nas classificações de “rating” de créditos dos clientes que compõem o saldo do contas a receber é calculada a provisão de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber.

Nota explicativa nº 14: Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo que represente o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para esses ativos, os quais são determinados por meio de aplicação de premissas estabelecida em modelos de fluxo de caixa descontado na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos.

Nota explicativa nº 17: A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento e direito de uso, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamento, das taxas de desconto aplicáveis, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

Nota explicativa nº 19: O tratamento contábil dos ativos imobilizados requer estimativas para determinar o período de vida útil dos itens para efeitos de sua depreciação e amortização, além do valor justo na data de aquisição. A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment*. Ativos imobilizados que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Nota explicativa nº 23: A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nota explicativa nº 26: O valor justo de instrumentos financeiros derivativos que não são negociados em mercados ativos, ou não, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes da data do balanço. Esses instrumentos apresentam exposição de risco nível 2.

Nota explicativa nº 27: Os saldos de imposto de renda e a contribuição social diferidos classificados no ativo são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva, para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera recuperar.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Como preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos, ou de mercado que suportem a avaliação; e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis), sendo utilizados quando os níveis 1 e 2 não são aplicáveis.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 14:** Mensuração do valor justo menos despesas de venda do ativo biológico; e
- **Nota explicativa nº 26:** Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- O ativo biológico é mensurado pelo valor justo.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

6.1 Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26)

O Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de abril de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente.

Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estejam sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Isso resultou em uma mudança na política contábil para a classificação de passivos que podem ser liquidados em ações próprias da companhia. Anteriormente, o Companhia ignorava todas as opções de conversão de contraparte ao classificar os passivos relacionados como circulantes ou não circulantes. A Companhia leva em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39. Os outros passivos da Companhia não foram impactados pelas alterações.

Conforme divulgado na nota explicativa 21, a Companhia tem empréstimos bancários com garantia que estão sujeitos a *covenants* específicos (não financeiros). Embora uma eventual futura violação dos *covenants* específicos possa exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais, a Administração avaliou os impactos dessa política e não identificou risco de impacto que alterasse a classificação dos seus passivos, e nem violação dos *covenants*.

7 Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio usando como referência a Ptax nas datas das transações.

b. Receita de contrato com cliente

Etanol

Uma parte da comercialização de etanol é realizada no mercado spot, representando aproximadamente 50% do volume vendido. A outra parte ocorre por meio de contratos de curto prazo (menos de 12 meses) ou acordos de longo prazo (mais de 12 meses). Esses contratos geralmente envolvem volumes fixos com preços variáveis, baseados no indicador de mercado CEPEA/ESALQ, considerando um diferencial logístico que pode variar de acordo com a unidade industrial que será retirado do produto. A Companhia reconhece a receita no momento que se atende às obrigações de desempenho estabelecidas nos contratos e ocorre a transferência do controle dos produtos para os clientes.

Açúcar

A maior parte do volume de açúcar é destinada ao mercado interno, sendo vendida principalmente no mercado spot, com preços referenciados pelo índice de açúcar cristal da CEPEA/ESALQ. Grande parte ocorre nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. As vendas para o exterior, normalmente são realizadas por meio de contratos de curto prazo (menos de 12 meses), com preços e volumes fixos (em US\$ dólares americanos). A receita é reconhecida quando a Companhia atende às obrigações de desempenho e ocorre a transferência do controle dos produtos aos clientes.

Energia

A comercialização de energia ocorre por meio de contratos com volumes e preços previamente estabelecidos, que representam cerca de 53% do total. Além disso, a energia também é negociada no mercado spot, onde o preço é balizado pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), um indicador fundamental no mercado livre de energia normalmente, acrescido de um ágio. A receita é reconhecida quando a energia é disponibilizada na linha de transmissão.

c. Reconhecimento de incentivos fiscais – subvenção para investimento

A receita decorrente de incentivos fiscais é reconhecida no resultado quando recebida em contraposição de custos e investimentos incorridos pela Companhia.

A subvenção para investimento do imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS) é registrado a crédito na rubrica de outras receitas nota explicativa 30.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- (a) Receita de juros;
- (b) Despesa de juros;
- (c) Rendimento de aplicações financeiras;
- (d) Receitas e despesa de operações com derivativos; e
- (e) Receitas e despesa líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- (a) Valor contábil bruto do ativo financeiro; e
- (b) Custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos considerando-se as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

f. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

Correspondem à cana-em-pé produzida nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como fonte de matéria-prima para a produção de açúcar, etanol e energia elétrica no momento da sua colheita. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros, e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz (“soqueira”) continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais cinco safras.

O modelo de avaliação do valor justo da Companhia considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado durante a vida do ativo biológico. As projeções de fluxo de caixa para o cálculo do valor justo do ativo biológico das lavouras de cana-de-açúcar incluem premissas significativas tais como a área total estimada de colheita, o valor do quilo do Açúcar Total Recuperável (ATR), a produtividade prevista (toneladas de cana-de-açúcar por hectare), a quantidade total de ATR e a taxa de desconto a ser aplicada para cálculo do valor presente.

g. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor realizável líquido. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques ao custo médio de aquisição. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

As perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são reconhecidas quando um produto não possui movimentação dentro do período de um ano e não é considerado estratégico pela Companhia.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de juros com empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para as normas CPCs foi determinado com base em seu valor justo naquela data. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado e na expectativa de vida útil dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos e fazendas não são depreciados.

Os valores residuais e a expectativa de vida útil dos ativos são revisados por profissionais técnicos competentes e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O custo do item de um equipamento que deve ser substituído anualmente é contabilizado como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte.

Os custos da manutenção periódica são contabilizados como despesa quando incorridos, uma vez que os componentes substituídos não melhoram a capacidade produtiva ou introduzem aprimoramentos de eficiência aos equipamentos.

Demais reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo de qualquer renovação que aumente a vida útil deve ao aumento e a capacidade produtiva do equipamento ser ativado e incluído no valor contábil do ativo se for provável que os benefícios econômicos futuros após a renovação ultrapassarão o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente e estes benefícios fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

As taxas médias anuais estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classe de ativo imobilizado	2025	2024
Edifícios	1,67%	1,67%
Benfeitorias	3,33%	3,33%
Máquinas, equipamentos e instalações	5,00%	5,00%
Veículos pesados	5,00%	5,00%
Veículos leves	10,00%	10,00%
Móveis e utensílios	10,00%	10,00%
Plantio de cana	20,00%	20,00%
Equipamentos de informática	33,33%	33,33%
Manutenção entressafra	100,00%	100,00%

(iv) Manutenção de entressafra

Os gastos com manutenção de entressafra são gastos com componentes de substituição e peças, ocorridos na manutenção de equipamentos industriais, veículos e máquinas agrícolas que são acumulados no decorrer da entressafra para amortização na safra seguinte.

i. Arrendamentos e direito de uso

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados usando a taxa incremental sobre empréstimos da Companhia, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia, equivalente a aproximadamente 100% do CDI para os arrendamentos reconhecidos.

Durante os exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024, as taxas de descontos aplicadas de acordo com a vigência contratual foram como segue:

Vigências Contratuais	2024	2023
1 ano	8,99%	6,45%
2 anos	7,13%	9,03%
3 anos	8,98%	10,47%
4 anos	10,30%	11,85%
5 anos	11,06%	9,08%
6 anos	10,50%	9,09%
7 anos	12,05%	11,34%
8 anos	11,83%	11,33%
9 anos	12,19%	12,04%
10 anos em diante	9,57%	10,77%

O prazo do arrendamento equivale ao período dos contratos e suas opções de prorrogação. A Companhia não considera os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia está razoavelmente certo de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo mesmo método de depreciação aplicado para itens similares do ativo imobilizado e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como “mantido para negociação”, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado do exercício. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos. A despesa de juros, e os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os ativos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um ativo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como “mantido para negociação”, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Ativos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado do exercício. Outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos. A receita de juros e os ganhos cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer outro ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos a terceiros ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, a terceiros, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro, baseado nos termos modificados, é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puderem ser obtidos de mercados ativos, estes são determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando isto é possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Para mais detalhes, vide nota explicativa 26.

k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem seu custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, a avaliação de crédito e informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas, ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas à valor presente pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em recuperação judicial ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

8 Normas novas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de abril de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações serão agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

9 Afastamento de executivo e investigação de *compliance*

Em 15 de julho de 2024, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelo afastamento temporário do CEO, Sr. Anderson Roberto Travagini, em razão de suspeitas de não conformidade com as normas internas de *compliance* da Companhia.

O afastamento ocorreu após a identificação de potenciais irregularidades em processos de gestão, que podem estar em desacordo com as melhores práticas estabelecidas no Código de Ética e Conduta da Companhia.

Para assegurar a condução imparcial e abrangente da investigação, a Companhia contratou a empresa Ernst & Young, uma firma especializada em auditoria e investigações de *compliance*, para conduzir uma investigação independente sobre os fatos em questão. O escopo da investigação inclui a análise de transações financeiras e operacionais específicas, bem como a revisão de processos internos relacionados à governança e conformidade. Ainda sobre as investigações, a Companhia conduziu internamente uma investigação sobre os assuntos classificados com baixo riscos de impactos sobre os saldos contábeis.

A Administração da Companhia, assessorada pelos seus investigadores independentes e equipe investigativa interna, não identificou ajustes materiais sobre os saldos contábeis, assim como não foram identificados efeitos materiais sobre os saldos comparativos.

Em 11 de setembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pela destituição definitiva do CEO, Sr. Anderson Roberto Travagini. Na mesma data, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a permanência do Sr. Rogério Aparecido Ferreira de Azevedo como CEO, com efeitos a partir de 11 de setembro de 2024.

10 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos - Mercado Interno	676	2.866
Caixa e bancos - Mercado Externo	1.455	9.897
Aplicações financeiras (i)	<u>1.293.577</u>	<u>855.870</u>
Total	<u>1.295.708</u>	<u>868.633</u>

- (i) As aplicações financeiras, compostas majoritariamente por certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, tiveram rentabilidade entre 98% e 107,7% do CDI no exercício (92% a 109% do CDI em 31 de março de 2024), sem impactos significativos de mudanças no mercado financeiro.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e seu valor não supera o valor de mercado.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 15 e 26.

11 Contas a receber

	2025	2024
Contas a receber - Mercado interno	164.299	202.014
Contas a receber - Mercado externo	<u>35.061</u>	<u>4.122</u>
	199.360	206.136
(-) Perda por redução ao valor recuperável no contas a receber	<u>(4.463)</u>	<u>(4.470)</u>
	<u>194.897</u>	<u>201.666</u>

As contas a receber são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado.

Representado substancialmente por saldos a receber referentes à venda de açúcar e etanol no mercado interno.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda, além da análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na Nota explicativa nº 15 e 26.

A composição dos saldos por idade de vencimento está assim apresentada:

	2025	2024
Valores a vencer	181.413	189.610
Vencidos		
Até 30 dias	11.324	13.495
De 31 a 60 dias	246	1.058
De 61 a 90 dias	1.708	1.302
De 91 a 180 dias	2.451	499
Acima de 181 dias	<u>2.218</u>	<u>172</u>
Total vencidos	<u>17.947</u>	<u>16.526</u>
Total	<u>199.360</u>	<u>206.136</u>

O montante vencido entre 90 e 180 dias é referente a exportação de açúcar, que tem o prazo de até 180 dias para sua liquidação.

A provisão para perdas de crédito esperadas foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, e a situação do grupo econômico ao qual pertencem.

A movimentação na perda do valor recuperável no contas a receber é assim apresentada:

	2025	2024
Saldo inicial	<u>(4.470)</u>	<u>(2.183)</u>
(+) Provisão constituída	3.565	2.526
(-) Reversão de provisão	<u>(3.558)</u>	<u>(4.813)</u>
Saldo final	<u>(4.463)</u>	<u>(4.470)</u>

Na avaliação da Administração o montante de R\$ 4.463 (R\$ 4.470 em 31 de março de 2024) representa a melhor estimativa para perdas esperadas com créditos.

12 Estoques

	2025	2024
Produtos acabados:		
Açúcar	48.168	24.281
Etanol	72.378	57.230
Total	120.546	81.511
Créditos de descarbonização:		
CBIOS	-	7.318
Total	-	7.318
Materiais de consumo:		
Almoxarifado e outros (i)	75.670	78.512
Matéria prima e embalagens	10.525	14.645
Combustíveis e lubrificantes	9.167	10.019
Insumos agrícolas e industriais	68.848	117.301
Total	164.210	220.477
Total	284.756	309.306

- (i) A Companhia provisionou seus estoques que estão há mais de 360 dias sem movimentação, esses estoques são classificados como estratégicos e tem como finalidade evitar a interrupção das operações.

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados quando necessário, por provisão para redução do valor de realização.

Em 31 de março de 2025, os estoques apresentam-se deduzidos por perdas estimadas de realização e baixa rotatividade e/ou obsoletos.

A movimentação na provisão dos estoques é assim apresentada:

Saldo em 31 de março 2023	(3.740)
Reversão de provisão perdas estimadas e baixa rotatividade e/ou obsoletos	549
Saldo em 31 de março 2024	(3.191)
Complemento de provisão perdas estimadas e baixa rotatividade e/ou obsoletos	(886)
Saldo em 31 de março 2025	(4.077)

13 Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores são para garantir o fornecimento de serviços, insumos e materiais de reposição para máquinas e equipamentos.

	2025	2024
Adiantamentos – compra de cana-de-açúcar	40.830	53.350
Adiantamentos a fornecedores de materiais e serviços	10.372	13.338
Consórcio não contemplados (a)	40.111	61.304
Adiantamentos – compra de açúcar para revenda	7.861	395
Total	99.174	128.387

- (a) Consórcios não contemplados
O montante de adiantamentos a fornecedores também composto por valores investidos em consórcios não contemplados. Esses consórcios fazem parte da estratégia da Companhia para aquisição futura de bens e equipamentos industriais a condições favoráveis. Até que o consórcio seja contemplado, os valores pagos são mantidos como ativos circulantes, sendo reconhecidos como adiantamentos até a efetiva contemplação e recebimento dos bens.

Política de adiantamento

A Companhia adota uma política de adiantamento baseada em acordos comerciais estratégicos com seus fornecedores e consórcios, garantindo preços favoráveis e mitigando o risco de falta de insumos ou atraso na aquisição de equipamentos. Os adiantamentos são reconhecidos como ativos circulantes até a entrega dos bens ou a prestação dos serviços.

Avaliação e riscos associados

Vide nota explicativa 15.

14 Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia correspondem às canas em pé cultivadas nas lavouras de cana-de-açúcar que serão utilizadas como fonte de matéria-prima para a produção de açúcar, etanol e bioenergia no momento da sua colheita.

O método de avaliação do valor justo é o fluxo de caixa descontado a valor presente.

O modelo de valorização considera o valor presente dos fluxos de caixa esperados a serem gerados, incluindo projeções de até dois anos, considerando-se as estimativas de data efetiva de corte da cana em pé.

As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram, sendo estas reconhecidas como imobilizado.

Em 31 de março, as seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do valor justo consolidado:

Resumo das Premissas	2025	2024
Área estimada de colheita (hectares)	97.278	97.587
Produtividade média prevista (tons de cana/hectares) (i)	84,24	103,27
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	140,01	141,06
Valor do Kg de ATR - (R\$)	1,2475	1,1800

- (i) A variação observada decorre de condições climáticas adversas, especialmente da redução do volume de precipitação nas regiões onde estão localizadas as lavouras, somada aos efeitos remanescentes das queimadas ocorridas no ano anterior.

A movimentação consolidada dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

Saldo em 31 de março de 2023	708.975
Aumento devido às novas plantações - Trato	379.198
Redução decorrente de colheita (trato)	(319.723)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	8.338
Saldo em 31 de março de 2024	776.788
Aumento devido às novas plantações - Trato	402.368
Redução decorrente de colheita (trato)	(355.984)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(287.509)
Saldo em 31 de março de 2025	535.663

Em 31 de março de 2025 a taxa de desconto real utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos WACC é de 7,68% ao ano (31 de março de 2024 foi de 5,82% ao ano).

Análise de sensibilidade

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2025, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis:

- (i) **preço da tonelada de cana-de-açúcar:** Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução do ativo biológico de R\$ 65.786.
- (ii) **volume de produção de cana-de-açúcar:** Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução do ativo biológico de R\$ 48.270.

Para os fatores de riscos atrelados ao ativo biológico está sendo apresentado na nota explicativa 15.

15 Fatores de riscos

As operações da Companhia estão sujeitas a diversos fatores de risco que podem afetar adversamente seus negócios, condição financeira e resultados operacionais. A Administração monitora continuamente os fatores de risco e adota medidas de mitigação com o objetivo de preservar a integridade patrimonial e a geração de valor para os acionistas.

A seguir, são apresentados os principais riscos identificados pela Administração até a data destas demonstrações financeiras:

- (a) **Riscos de mercado:** A Companhia está exposto a riscos de mercado, incluindo variações nas taxas de juros, câmbio e preços de *commodities* que podem impactar seus custos, receitas e fluxos de caixa.
- (i) **Riscos de preço de mercado:** O valor dos ativos biológicos está diretamente relacionado aos preços de mercado do açúcar, etanol e da cana-de-açúcar. A variação nos preços de *commodities* é influenciada por fatores como oferta e demanda global, condições econômicas internacionais, políticas de incentivo e regulação governamental. Variações significativas nos preços podem causar flutuações no valor justo dos ativos biológicos, afetando a receita e os resultados operacionais.
- (ii) **Riscos de taxa de câmbio:** O setor de açúcar e etanol é sensível às variações cambiais, especialmente no que se refere à exportação de açúcar. A desvalorização do real em relação ao dólar pode aumentar a competitividade dos produtos no mercado externo, mas também pode impactar os custos de insumos e serviços importados, afetando o valor justo dos ativos biológicos.
- (iii) **Riscos de oferta e demanda:** A Companhia está exposto a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar originada das plantações. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de comercialização com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de preço da Companhia esteja de acordo com o mercado, e para garantir que os volumes projetados de comercialização estejam consistentes com a demanda esperada.

A nota explicativa 26 apresenta mais informações sobre a gestão dos riscos desse grupo, implementada pela Companhia.

- (b) Riscos operacionais e ambientais:
- (i) Riscos de sazonalidade: O ciclo de produção da cana-de-açúcar é fortemente influenciado pela sazonalidade, com a safra tradicionalmente ocorrendo entre abril e novembro. Durante o período de entressafra, a Companhia enfrenta uma redução na colheita, o que impacta a geração de receita e o nível de estoques. A sazonalidade também pode causar variações significativas nos preços de venda dos produtos e nos custos de manutenção das plantações.
 - (ii) Riscos climáticos: As operações agrícolas da Companhia são altamente dependentes de condições climáticas favoráveis. Eventos como seca prolongada, excesso de chuvas, geadas ou tempestades podem prejudicar a produtividade da cana-de-açúcar e impactar negativamente o valor justo dos ativos biológicos. A Companhia monitora as condições climáticas e implementa técnicas agrícolas para minimizar os impactos, como a irrigação e o manejo adequado do solo, mas esses riscos não podem ser completamente eliminados.
 - (iii) Riscos de pragas e doenças agrícolas: A cana-de-açúcar, como outras culturas, é suscetível a ataques de pragas e doenças, como a cigarrinha, broca da cana e fungos. Infestações severas podem causar reduções na produtividade e qualidade da colheita, afetando o volume de açúcar e etanol produzidos. Para mitigar esse risco, a Companhia adota medidas preventivas e de controle biológico, além de realizar monitoramentos contínuos das plantações. No entanto, surtos inesperados de pragas ou doenças ainda podem ocorrer e impactar a produção.
 - (iv) Riscos de logística e infraestrutura: A distribuição e o transporte dos produtos agrícolas, como o açúcar e o etanol, dependem de uma infraestrutura de logística eficiente. Problemas relacionados a transporte, como greves, falta de disponibilidade de caminhões ou congestionamentos em portos e estradas, podem prejudicar o escoamento da produção e gerar custos adicionais, além de reduzir a competitividade dos produtos no mercado.
 - (iv) Riscos de incêndio: Incêndios, sejam acidentais ou naturais, podem causar danos severos às plantações de cana-de-açúcar, destruindo grandes áreas cultivadas e comprometendo a produção. Para mitigar esse risco, a Companhia adota medidas preventivas, como a criação de aceiros e o monitoramento contínuo de áreas vulneráveis.
- (c) Riscos regulatórios: As operações da Companhia podem gerar impactos ambientais e sociais que, se não devidamente geridos, podem resultar em sanções, multas e danos à reputação. A Companhia possui políticas e controles internos voltados à sustentabilidade e conformidade ambiental.
- (d) Riscos de gestão:
- (i) Riscos de tecnológico: Inovações tecnológicas podem impactar tanto positiva quanto negativamente a produção agrícola. A adoção de novas tecnologias pode aumentar a produtividade e reduzir custos, enquanto a obsolescência de técnicas ou equipamentos agrícolas pode gerar a necessidade de investimentos adicionais.

- (v) Risco de adiantamentos a terceiros: Os saldos de adiantamento são periodicamente avaliados pela administração quanto à sua recuperabilidade, considerando a capacidade de entrega dos fornecedores e os prazos estabelecidos em contrato. Não foram identificados riscos significativos de inadimplência ou falta de entrega que possam resultar em perdas materiais relacionadas aos adiantamentos, incluindo os consórcios não contemplados.
- (e) Riscos ambientais e sociais: As operações da Companhia podem gerar impactos ambientais e sociais que, se não devidamente geridos, podem resultar em sanções, multas e danos à reputação.

16 Impostos a recuperar

Os saldos dos impostos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações. A composição dos saldos de impostos a recuperar é a seguinte:

	2025	2024
ICMS (a)	71.378	13.504
PIS e COFINS (b)	73.641	80.977
Outros (c)	5.029	2.615
Total	150.049	97.096
Circulante	144.626	91.261
Não circulante	5.423	5.835

- (a) **ICMS a recuperar**
O saldo de ICMS a recuperar refere-se aos créditos de ICMS sobre compras de insumos e bens de uso e consumo relacionados às atividades produtivas da Companhia. Esses créditos são acumulados devido à incidência do ICMS nas operações de compra de matérias-primas e outros bens utilizados na produção de açúcar e etanol, podendo ser compensados com débitos futuros gerados pela venda de produtos. Em dezembro de 2024, a Companhia registrou o montante de R\$ 60.175 em relação ao levantamento de crédito de ICMS na aquisição de materiais intermediários utilizados no processo produtivo da Companhia, relativo aos últimos 05 anos. As análises foram pautadas na legislação aplicável ao ICMS, bem como em normas e entendimentos emitidos pelo Sefaz-SP. Lei complementar 87/96. O STJ também tem mantido coerência em decisões posteriores. Reforçando essa orientação, em dezembro de 2024, no julgamento do AResp 2.621.584, o Tribunal reafirmou o direito ao crédito de materiais intermediários, desde que comprovada sua essencialidade para atividade empresarial.
- (b) **PIS e COFINS a recuperar**
Os créditos de PIS e COFINS são originados, principalmente, nas aquisições de insumos utilizados na fabricação dos produtos comercializados pela Companhia, que seguem o regime não cumulativo. Esses créditos podem ser compensados com débitos de PIS e COFINS gerados nas operações de venda, conforme a legislação vigente. Em dezembro de 2024, a Companhia registrou em sua contabilidade o montante de R\$ 69.783 em relação ao levantamento de créditos presumido do PIS/COFINS sobre aquisições de cana-de-açúcar, exclusão ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS sobre o Etanol e revisão de toda base das aquisições de insumos nos últimos 05 anos.
- (c) **Outros tributos a recuperar**
O saldo de outros tributos a recuperar inclui, entre outros, créditos decorrentes de depósitos judiciais, IPI sobre vendas e retenções de IRRF sobre receitas financeiras. Esses valores são monitorados e recuperados por meio de compensações ou ações judiciais, conforme aplicável.

Classificação contábil

A Companhia classifica os impostos a recuperar da seguinte forma:

- **Circulante:** Referem-se aos créditos que se espera recuperar ou compensar no próximo exercício social.

- **Não circulante:** Referem-se aos créditos cuja recuperação ou compensação é esperada em períodos superiores a 12 meses.

Política de recuperação

A Companhia acompanha regularmente a recuperabilidade dos créditos tributários, buscando efetuar as compensações fiscais de forma eficiente, de acordo com a legislação tributária vigente. A Administração considera que os saldos registrados de impostos a recuperar são totalmente realizáveis e que não há riscos materiais associados à sua recuperação.

17 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais referem-se a valores depositados pela Companhia em juízo, visando garantir o cumprimento de exigências legais relacionadas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Esses depósitos são realizados para suspender a exigibilidade de créditos tributários ou para assegurar o andamento de processos em que a Companhia é parte, até a decisão final das ações judiciais.

Em caso de ganho de causa em processos judiciais, os depósitos realizados serão devolvidos, corrigidos pela taxa SELIC juntamente com os juros e correção monetária.

A composição dos saldos de recuperar depósitos judiciais é a seguinte:

	2025	2024
Depósitos judiciais tributários (a)	11.523	11.523
Depósitos judiciais trabalhistas (b)	12.204	12.302
Depósitos judiciais cíveis (c)	1.120	1.117
Outros depósitos judiciais (d)	815	782
Total	25.662	25.724

- (a) **Tributários:**
Referem-se a depósitos judiciais realizados em disputas relacionadas a tributos que a Companhia contesta ou que estão sob análise judicial. A Companhia busca garantir a suspensão da cobrança ou contestação de multas e tributos, enquanto o processo é julgado.
- (b) **Trabalhistas:**
Estes depósitos são realizados para garantir ações trabalhistas em que a Companhia está envolvida, como demandas relacionadas a pagamento de horas extras, insalubridade, periculosidade, entre outros. Tais depósitos têm o objetivo de garantir o cumprimento de possíveis sentenças desfavoráveis.
- (c) **Cíveis:**
Incluem valores depositados em juízo para ações cíveis envolvendo a Companhia, como disputas contratuais, danos materiais ou morais, e outros processos cíveis.
- (d) **Outros depósitos judiciais:**
Compreendem outras obrigações, como questões ambientais e outros litígios de menor valor, mas que exigem garantias processuais por meio de depósitos judiciais.

18 Direito de uso e Arrendamentos

A Companhia reconhece os arrendamentos de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que exige o reconhecimento de um ativo correspondente ao direito de uso do bem arrendado e um passivo correspondente à obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

Reconhecimento contábil

Os ativos e passivos de arrendamento são inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do contrato, ajustados por eventuais custos diretos iniciais. A taxa de desconto utilizada é a taxa incremental de financiamento da Companhia ou, quando aplicável, a taxa de juros implícita no contrato.

Os passivos de arrendamento são reavaliados caso haja modificações no prazo do contrato ou revisões de pagamento. Qualquer modificação impacta simultaneamente o valor do ativo de direito de uso.

Classificação de arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros, nos quais substancialmente todos os riscos e benefícios são transferidos, ou como arrendamentos operacionais, onde o arrendador retém os riscos e benefícios significativos.

Ativo de direito de uso

A seguir, apresentamos a movimentação dos ativos de direito de uso, reconhecidos como parte do ativo não circulante:

	Arrendamentos agrícolas	Parcerias Agrícolas	Total
Saldo em 31 de março de 2023	65.613	1.349.131	1.414.744
Adições novos contratos - sem efeito caixa	3.304	66.101	69.405
Remensuração de contratos – sem efeito caixa (i)	1.610	26.412	28.022
Amortização	(21.165)	(221.239)	(242.404)
Reclassificação	20.122	(20.122)	-
Saldo em 31 de março de 2024	69.484	1.200.283	1.269.767
Adições novos contratos - sem efeito caixa	35.237	308.971	344.208
Remensuração de contratos – sem efeito caixa (i)	48.154	545.758	593.912
Amortização	(22.631)	(201.695)	(224.326)
Saldo em 31 de março de 2025	130.244	1.853.317	1.983.561

- (i) A remuneração dos contratos ocorre com a atualização do índice de preço da tonelada de cana-de-açúcar, disponibilizado pela Consecana, atualizando o fluxo de pagamentos futuros, alterando o passivo de arrendamento e o direito de uso. Esse montante também contempla ajustes de aditivos contratuais, os quais ajustam os prazos de contratos já vigentes, sem efeito no resultado do período. Durante o trimestre findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia implementou um novo sistema de automação e controle sobre a sua gestão de contratos.

Os ativos de direito de uso são depreciados ao longo da vida útil dos contratos de arrendamento ou da vida útil do ativo, o que for menor.

A amortização do direito de uso seguirá o fluxo de amortização no período de safra, compreendido entre abril e novembro de cada ano fiscal, na proporção da entrada de cana colhida nas áreas objeto de arrendamento e parcerias.

O prazo de amortização dos contratos de arrendamento os quais estão vinculados com esses direitos de uso é de aproximadamente 5 a 20 safras.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento. A seguir, apresentamos a movimentação dos passivos de arrendamento em 31 de março de 2025:

	Arrendamentos agrícolas	Parcerias agrícolas	Total
Saldo em 31 de março de 2023	90.197	1.374.322	1.464.519
Adição de novos contratos	3.304	66.101	69.405
Remensuração do contrato	1.610	26.412	28.022
Pagamento principal	(46.659)	(256.042)	(302.701)
Pagamento juros	(15.916)	(86.675)	(102.591)
Atualização de juros	22.001	112.246	134.247
Saldo em 31 de março de 2024	74.659	1.216.242	1.290.901
Passivo circulante	14.826	237.612	252.438
Passivo não circulante	59.833	978.630	1.038.463
Adição de novos contratos	35.237	308.971	344.208
Remensuração do contrato	48.154	545.758	593.912
Pagamento principal	(19.165)	(243.287)	(262.452)
Pagamento juros	(17.428)	(148.588)	(166.016)
Atualização de juros	11.829	134.978	146.807
Saldo em 31 de março de 2025	133.286	1.814.073	1.947.359
Passivo circulante	24.129	226.801	250.930
Passivo não circulante	109.157	1.587.272	1.696.429

Condições dos arrendamentos

Os passivos de arrendamento foram atualizados com base na taxa incremental de financiamento da Companhia. A seguir, a composição dos passivos de arrendamento por vencimento:

31 de março de 2025	Parceria agrícola		Arrendamento	
	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente
Vencimentos				
Safra 2025/2026	248.347	226.801	26.421	24.129
Safra 2026/2027	265.601	221.515	25.238	21.049
Safra 2027/2028	285.795	217.677	25.917	19.740
Safra 2028/2029	261.786	182.092	22.360	15.553
Safra 2029/2030	238.284	151.364	20.586	13.077
Safra 2030/2031	244.670	141.937	18.552	10.762
Safra 2031/2032	196.564	104.137	16.236	8.602
Safra 2032/2033	212.536	102.830	15.290	7.397
Safra 2033/2034	192.197	84.922	11.019	4.869
A partir da safra 2034	1.131.526	380.798	24.093	8.108
	3.277.306	1.814.073	205.712	133.286

a. Taxas incrementais

A Companhia chegou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica na data de 31 de março de 2025.

Vigência dos contratos	<u>Taxa incremental</u>
1 anos	11,65% a 11,72%
2 anos	5,87% a 13,54%
3 anos	11,65% a 13,51%
4 anos	5,87% a 12,97%
5 anos	5,87% a 15,07%
5 a 10 anos	5,87% a 15,35%
10 a 30 anos	5,87% a 15,23%

Riscos e benefícios associados

A Companhia adota medidas para gerir os riscos associados aos arrendamentos, como riscos de variação no índice de correção monetária e mudanças nas condições econômicas que possam afetar os termos contratuais. A Administração monitora continuamente as obrigações de arrendamento para assegurar que os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento estejam adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

19 Imobilizado

Custo	2024	Adição	Baixas	Transferência	2025
Terras	4.675	-	-	-	4.675
Edifícios e benfeitorias	114.057	19	-	4.940	119.016
Móveis e utensílios	10.430	1.446	-	49	11.852
Veículos	341.503	53.512	(5.325)	699	390.389
Máquinas e implementos agrícolas	297.542	33.717	(14.932)	2.914	319.241
Máquinas, equipamentos e instalações	1.003.412	8.300	(1.589)	65.331	1.075.454
Equipamentos de informática	21.519	2.205	-	331	24.055
Imobilizado em andamento	66.195	227.122	-	(74.265)	219.052
Manutenção de entressafra	388.824	199.837	(234.874)	-	353.787
Lavouras de cana	2.092.771	386.052	-	-	2.478.823
Outras imobilizações	8.818	2.629	-	-	11.447
Adto. para aquisição de imobilizado	-	32.645	-	-	32.645
Total	4.349.746	947.484	(256.720)	-	5.040.437
Depreciação					
Edifícios e benfeitorias	(34.795)	(2.131)	-	-	(36.926)
Móveis e utensílios	(6.055)	(410)	-	-	(6.465)
Veículos	(199.624)	(15.832)	2.734	-	(212.722)
Máquinas e implementos agrícolas	(100.402)	(24.237)	9.321	3	(115.315)
Máquinas, equipamentos e instalações	(592.639)	(38.179)	1.490	-	(629.328)
Equipamentos de informática	(13.439)	(1.218)	-	(3)	(14.660)
Manutenção de entressafra	(234.874)	(153.127)	234.874	-	(153.127)
Lavouras de cana	(968.822)	(325.201)	-	-	(1.294.023)
Total	(2.150.650)	(560.335)	248.419	-	(2.462.566)
Custo total	4.349.746	947.484	(256.720)	-	5.040.437
Depreciação / Amortização acumulada	(2.150.650)	(560.335)	248.419	-	(2.462.566)
Valor residual	2.199.096	387.149	(8.301)	-	2.577.871

Custo	2023	Adição	Amortizações	Baixas	Transferência	2024
Terras	4.675	-	-	-	-	4.675
Edifícios e benfeitorias	106.360	111	-	-	7.586	114.057
Móveis e utensílios	8.518	1.912	-	-	6	10.430
Veículos	292.572	36.339	-	(11.295)	24.097	341.503
Máquinas e implementos agrícolas	224.989	86.108	-	(13.588)	747	297.542
Máquinas, equipamentos e instalações	944.250	11.932	-	(542)	47.556	1.003.412
Equipamentos de informática	20.717	802	-	-	-	21.519
Imobilizado em andamento	31.323	90.977	-	-	(56.105)	66.195
Manutenção de entressafra	635.147	153.946	-	(400.269)	-	388.824
Lavouras de cana	1.737.487	355.284	-	-	-	2.092.771
Outras imobilizações	6.802	1.302	-	-	-	8.818
Adto. para aquisição de imobilizado	23.887	-	-	-	(23.887)	-
Total	4.036.727	738.713	-	(425.694)	-	4.349.746
Depreciação						
Edifícios e benfeitorias	(32.832)	(1.963)	-	-	-	(34.795)
Móveis e utensílios	(5.735)	(320)	-	-	-	(6.055)
Veículos	(194.310)	(12.207)	-	6.893	-	(199.624)
Máquinas e implementos agrícolas	(88.693)	(21.075)	-	9.366	-	(100.402)
Máquinas, equipamentos e instalações	(557.559)	(35.459)	-	379	-	(592.639)
Equipamentos de informática	(11.706)	(1.733)	-	-	-	(13.439)
Manutenção de entressafra	(400.269)	-	(234.874)	400.269	-	(234.874)
Lavouras de cana	(680.597)	-	(288.225)	-	-	(968.822)
Total	(1.971.701)	(72.757)	(523.099)	416.907	-	(2.150.650)
Custo total	4.036.727	738.713	-	(425.694)	-	4.349.746
Depreciação / Amortização acumulada	(1.971.701)	(72.757)	(523.099)	416.907	-	(2.150.650)
Valor residual	2.065.026	665.956	-	(8.787)	-	2.199.096

Imobilizado líquido	2025	2024
Terras	4.675	4.675
Edifícios e benfeitorias	82.090	79.262
Móveis e utensílios	5.387	4.381
Veículos	177.667	142.089
Máquinas e implementos agrícolas	203.926	197.854
Máquinas, equipamentos e instalações	446.126	410.557
Equipamentos de informática	9.395	8.080
Manutenção de entressafra	200.660	66.195
Imobilizado em andamento (i)	219.052	153.950
Lavouras de cana	1.184.800	1.123.949
Outras imobilizações	11.447	8.104
Adto. para aquisição de imobilizado	32.645	-
Total	2.577.871	2.199.096

- (i) O saldo do imobilizado em andamento apresentou um aumento significativo no exercício de 2025. Este incremento está relacionado ao investimento estratégico realizado pela Companhia na construção da nova fábrica de açúcar na unidade de Palestina. Este projeto faz parte do plano de expansão da capacidade produtiva. O término do projeto está previsto para o mês de julho de 2025.

A Companhia efetua anualmente análise de recuperabilidade do ativo imobilizado a fim de identificar possíveis indicadores de perda. Em 31 de março de 2025 a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável no ativo imobilizado.

a. Adições - Efeito na demonstração do fluxo de caixa

	2025	2024
Abertura das adições:		
Investimento em plantas portadoras - plantio de cana-de-açúcar	386.052	355.284
Outras aquisições de imobilizado	540.780	383.429
Fornecedores de imobilizado	20.652	-
Saldo de adições	947.484	738.713

20 Fornecedores

A Companhia calculou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores em 31 de março de 2025 e 2024 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

	2025	2024
Fornecedores de bens e serviços (i)	157.145	164.182
Fornecedores compra de cana de açúcar (ii)	43.932	48.111
Fornecedores de imobilizado (iii)	20.652	-
Total	221.729	212.293

- (i) Os saldos a pagar junto aos fornecedores de materiais e serviços correspondente a serviços contratados no país em moeda nacional.
- (ii) Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar levam em consideração a cana-de-açúcar entregue durante a safra corrente e ainda não paga, bem como o complemento de preço calculado com base no preço final de safra através do índice de ATR - Açúcar Total Recuperado divulgado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.
- (iii) Os saldos a pagar junto aos fornecedores de imobilizado correspondem a aquisição de máquinas e equipamentos.

21 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os contratos dos empréstimos, financiamentos e debêntures com juros que são mensurados pelo custo amortizado.

a. Modalidade dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Passivo circulante	2025	2024
Finame	19	-
Capital de giro	261.420	46.167
Debêntures	13.321	6.661
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	230.280	754
	505.040	53.582
(-) Custos de transação a amortizar	(6.234)	(4.778)
	498.806	48.804
Passivo não circulante		
Finame	7.595	-
Capital de Giro	735.645	602.157
Debêntures	1.089.088	773.222
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	229.487	436.050
	2.061.815	1.811.429
(-) Custos de transação a amortizar	(16.942)	(18.078)
	2.044.873	1.793.351
Total	2.543.679	1.842.155

Cronograma de amortização da dívida

Ano de vencimento (i)	2025	2024
Safra 2025/2026	505.040	53.582
Safra 2026/2027	556.245	715.180
Safra 2027/2028	270.055	400.246
Safra 2028/2029	418.045	177.221
Safra 2029/2030	400.815	177.167
Safra 2030/2031	340.072	170.824
Safra 2031/2032	76.583	170.791
	2.566.855	1.865.011

(i) Valores não contemplam o custo de transação.

b. Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Esta nota explicativa demonstra a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de março de 2025 e 2024.

31 de março de 2025

Banco	Saldo final 31/03/2024	Captações	Juros provisionados	Pagamento principal	Pagamento juros	Amortização	Saldo final 31/03/2025
Capital de giro	648.324	485.000	95.920	(182.550)	(49.629)	-	997.064
CRA	436.804	-	42.754	-	(19.790)	-	459.768
Debêntures	779.883	270.000	98.332	-	(45.806)	-	1.102.409
FINAME	-	7.595	19	-	-	-	7.614
Total	1.865.011	762.595	237.025	(182.550)	(162.071)	-	2.566.855
(-) Custos de transação a amortizar	(22.855)	(5.199)	-	-	-	4.878	(23.176)
Total	1.842.155	757.396	237.025	(182.550)	(115.225)	4.878	2.543.679

31 de março de 2024

Banco	Saldo inicial 31/03/2023	Captações	Juros provisionados	Pagamento principal	Pagamento juros	Amortização	Saldo final 31/03/2024
Capital de giro	860.236	120.000	108.655	(335.027)	(105.541)	-	648.323
CRA	419.618	-	35.945	-	(18.760)	-	436.804
Debêntures	574.758	300.000	58.053	(115.186)	(37.742)	-	779.883
FINAME	3.263,00	-	14	(3.249)	(28)	-	-
Total	1.857.875	420.000	202.667	(453.462)	(162.071)	-	1.865.010
(-) Custos de transação a amortizar	(17.685)	(8.733)	-	-	-	3.563	(22.855)
Total	1.840.190	411.268	202.667	(453.462)	(162.071)	3.563	1.842.155

c. Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e as condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	2025		2024	
					Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Capital de giro	R\$	CDI + (0,80% a 1,58%) a.a.	12,63%	De 2025 a 2031	659.302	692.267	603.023	619.519
Capital de giro	R\$	Taxa Pré	14,50%	De 2026 a 2031	337.762	354.650	45.300	44.486
Debêntures	R\$	IPCA + 5,48% a 6,63%	12,46%	De 2028 a 2031	1.102.409	1.157.650	779.883	816.735
Finame	R\$	Taxa Pré	8,00%	2031	7.615	7.996	-	-
CRA	R\$	IPCA+4,45%	10,17%	2027	459.767	482.755	436.804	445.780
Total					2.566.855	2.695.318	1.865.010	1.926.520

d. Covenants

A Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas de contrato de financiamento junto as instituições financeiras durante toda vigência do contrato:

- Dívida líquida/EBITDA;
- EBITDA/resultado financeiro líquida menos cambial.
- De acordo com análise realizada pela Administração a Companhia não terá risco de quebra dos *covenants* para os próximos 12 meses.

e. Garantias

	Modalidade	Valor
Aval PJ	Capital de Giro	971.876
Aval PJ	CRA	459.767
Aval PJ	Debêntures	782.769
Aval PJ	Finame	7.615
Aval PJ, Hipoteca de imóveis	Capital de Giro	25.188
Clean	Debêntures	319.640
		2.566.855

22 Impostos e contribuições a recolher

	2025	2024
IRRF	1.886	2.377
ICMS	10.084	19.127
INSS	11.347	10.264
FGTS	1.886	1.918
PIS e COFINS	898	536
Outros	1.240	916
Total	27.341	35.138

23 Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista, tributária e ambiental decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na melhor estimativa dos Administradores, fundamentadas em pareceres dos assessores jurídicos internos e externos, considerando a classificação da probabilidade de perda, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 25.

a. Contingências com perda provável

Para as ações cuja perda é considerada provável, a Companhia reconhece provisões em seus passivos. Em 31 de março de 2025, os processos com provisão registrada totalizavam R\$ 95.696 (R\$ 45.235 em 31 de março de 2024), sendo apresentados a seguir:

Provisão para demandas judiciais em 31 de março de 2023	38.925
Adições no exercício	7.309
Reversões no exercício	(999)
Provisão para demandas judiciais em 31 de março de 2024	45.235
Adições no exercício (i)	55.257
Reversões no exercício	(4.796)
Provisão para demandas judiciais em 31 de março de 2025	95.696

Natureza	Quantidade de Processos	Valor Provisionado
Trabalhistas	817	77.796
Cível	11	17.900
Total	828	95.696

Essas provisões são atualizadas periodicamente com base no andamento processual e nas decisões judiciais proferidas.

b. Contingências com perda possível

Para os casos em que a perda é considerada possível, não há constituição de provisão contábil, em consonância com os princípios contábeis aplicáveis. Em 31 de março de 2025, os processos em que a perda é considerada possível totalizavam R\$ 171.138 (R\$ 102.589 em 31 de março de 2024), sendo apresentados a seguir, por natureza:

Natureza	Quantidade de processos	Valor possível
Trabalhistas	73	16.075
Tributária	12	56.966
Cível	23	50.804
Ambiental	116	47.293
Total	224	171.138

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que as chances de perda desses processos são possíveis, mas não prováveis, razão pela qual não houve reconhecimento de provisão contábil até a presente data.

24 Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social está representado em milhares de reais no montante de R\$ 1.888.018 na quantidade de 1.694.327 ações ordinárias (em 31 de março de 2024 os valores em milhares de reais R\$ 1.612.787 na quantidade de 1.503.870 ações ordinárias) todas nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária realizada em 03 de julho de 2024 os acionistas aprovaram um aumento de capital social no montante de R\$ 275.231 mediante aporte em moeda corrente, com a emissão de novas ações de 190.457.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui um incentivo fiscal estadual, junto ao Estado de São Paulo na forma de crédito outorgado do imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS, denominado nos termos do art. 30 da Lei 12.973 e da LC nº 160/17, para as operações envolvendo venda de etanol hidratado no mercado interno, registrado em dezembro de 2022.

d. Reserva de retenção de lucros

Não houve montante para constituir de reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de março de 2025.

e. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado das reservas legal e de incentivos fiscais conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Os dividendos mínimos obrigatórios a pagar, quando devidos, são destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Saldo em 31 de março de 2023	42.131
Dividendos do exercício	223.837
Pagamentos	(181.416)
Saldo em 31 de março de 2024	84.522
Dividendos complementares do exercício anterior	262.120
Pagamentos	(346.642)
Saldo em 31 de março de 2025	-

Os dividendos consolidados, incluem dividendos a pagar aos acionistas não controladores. No exercício findo em 31 de março de 2025 não houve distribuição de dividendos.

f. Ajustes de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

25 Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia objetiva equilibrar as fontes de recursos próprios e de terceiros, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2025	2024
Empréstimos, financiamentos e debentures	2.543.679	1.842.155
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.295.708)	(868.633)
(+/-) Instrumentos derivativos (i)	(106.168)	(25.351)
	<u>1.141.803</u>	<u>948.171</u>
(=) Dívida líquida (A)		
Total do patrimônio líquido (B)	2.140.671	2.173.258
Relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido (A/B)	0,53	0,44

- (i) Contratos derivativos *swaps* de longo prazo são altamente sensíveis a quaisquer variações nas curvas futuras de inflação, especialmente o IPCA, o que pode resultar em impactos significativos em sua marcação a mercado ao longo do tempo. No entanto, é importante ressaltar que, ao final dos contratos, o custo efetivo estará firmemente ancorado em CDI mais um percentual fixo, proporcionando assim uma perspectiva financeira clara e estável.

26 Instrumentos financeiros

a. Exposição a riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui risco de variação cambial, volatilidade de preço de *commodities* e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez.

A administração da Companhia entende que o gerenciamento de riscos é fundamental para:

- (i) Monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados;
- (ii) Estimativa do valor de cada risco tendo por base os limites de cada exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e
- (iii) Previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limite de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados a precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxas de juros.

b. Exposição a riscos de preço

Parte substancial das vendas da Companhia é feita para um seleto grupo de contrapartes altamente qualificadas.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, exigência de carta de crédito de bancos de primeira linha e captação de garantias reais sobre créditos concedidos.

A Administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração da Companhia.

A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.295.708	868.633
Contas a receber	11	194.897	201.666
Outros créditos		8.417	6.653
Instrumentos financeiros derivativos	26	10.862	6.548
		1.507.914	1.083.500

Os instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco.

c. Exposição a riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Como parte do processo de gerenciamento de liquidez, a Administração prepara planos de negócios e monitora sua execução, discutindo riscos positivos e negativos de fluxo de caixa e avaliando a disponibilidade de recursos financeiros para suportar suas operações, investimentos e necessidades de refinanciamento.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

31 de março de 2025	Valor contábil	Fluxo de caixa	1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	221.729	221.729	221.729	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debentures	2.543.679	3.760.356	687.112	769.234	1.707.405	596.604
Instrumentos financeiros derivativos	115.060	115.060	37.956	77.104	-	-
Parcerias agrícolas a pagar	1.814.073	3.277.306	248.347	265.601	785.865	1.977.492
Arrendamentos a pagar	133.286	205.712	26.421	25.238	48.277	105.776
Outras contas a pagar	71.750	71.750	55.756	15.994	-	-
	4.899.578	7.651.914	1.277.321	1.153.172	2.541.547	2.679.873

31 de março de 2024	Valor contábil	Fluxo de caixa	1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	212.293	212.293	212.293	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debentures	1.842.155	2.658.995	148.787	292.158	1.722.700	495.350
Dividendos a pagar	84.552	84.552	84.552	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	31.899	31.899	8.642	23.257	-	-
Parcerias agrícolas a pagar	1.216.242	2.034.550	260.185	243.137	543.139	988.089
Arrendamentos a pagar	74.659	106.625	16.234	20.379	33.400	36.612
Outras contas a pagar	77.908	77.908	33.369	44.539	-	-
	3.539.708	5.206.822	764.062	623.470	2.299.239	1.520.051

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

d. Exposição a riscos cambiais

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as compras e empréstimos são denominados. As moedas funcionais da Companhia são principalmente o Real (R\$) e o Dólar Norte-Americano (USD). As moedas nas quais as transações da Companhia são primariamente denominadas R\$.

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir pelos montantes de principal (nacional em R\$):

31 de março de 2025 Cenário I	Alta		Baixa		
	Provável	25,00%	50,00%	25,00%	50,00%
Cenários					
Caixa e equivalentes de caixa	1.163	291	582	(291)	(582)
Contas a receber	35.061	8.765	17.531	(8.765)	(17.531)
	36.224	9.056	18.113	(9.056)	(18.113)
31 de março de 2024 Cenário II	Alta		Baixa		
	Provável	25,00%	50,00%	25,00%	50,00%
Cenários					
Caixa e equivalentes de caixa	9.896	2.475	4.949	(2.475)	(4.949)
Contas a receber	4.122	1.031	2.061	(1.031)	(2.061)
	14.018	3.505	7.010	(3.505)	(7.010)

A taxa de conversão do Dólar Norte-Americano (USD) para o Real (R\$) é de R\$ 5,7416 para cada USD 1,0000 Dólar Norte-Americano (em 31 de março de 2024 é de R\$ 4,9956 para cada USD 1,0000 Dólar Norte-Americano).

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente.

Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e a apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia gerencia esse risco através de instrumentos financeiros derivativos (*Swap* e *NDF - Non-Deliverable Forward*), a fim de proteger as variações entre o dólar americano e o real e a variação da taxa de juros.

A posição dos contratos destes instrumentos financeiros derivativos com fluxo em aberto em 31 de março de 2025, por vencimento e o valor justo, são demonstrados a seguir:

Modalidade	Banco	Data de início	Vencimento	Notional USD	Paridade inicial	(Fair value)	
						2025	2024
NDF - Termo de Moedas	Bradesco	29/07/2024	09/09/2026	9.518	6,0550 a 6,5949	317	1.372
NDF - Termo de Moedas	BTG Pactual	26/11/2024	25/11/2025	9.086	5,6879 a 6,6053	1.856	-
NDF - Termo de Moedas	Santander	20/06/2024	05/01/2027	34.195	5,6882 a 6,7452	3.417	4
NDF - Termo de Moedas	Citibank	26/03/2024	29/12/2026	13.013	5,2103 a 6,7308	(908)	181
NDF - Termo de Moedas	Rabobank	12/06/2024	25/11/2025	1.418	5,7753	(352)	639
NDF - Termo de Moedas	Fcstone	15/04/2024	31/07/2024	1.007	5,6126 a 5,6127	-	(25)
NDF - Termo de Moedas	Votorantim	20/06/2024	26/09/2025	4.736	5,7200 a 6,1115	210	-
NDF - Termo de Moedas	XP Inv.	03/12/2024	06/11/2025	3.944	5,7629 a 6,4776	1.632	-
NDF - Termo de Moedas	Itaú	31/10/2023	22/08/2024	728	5,2304 a 5,2305	-	108
						6.172	2.279

Modalidade	Banco	Data de início	Vencimento	Notional	Taxa passiva (Instituição)	(Fair value)	
						2025	2024
SWAP Dívida	Bradesco	25/06/2019	19/05/2026	25.000	CDI + 1,50%	(1.301)	(1.677)
SWAP Dívida	Bradesco	16/12/2024	17/12/2029	200.000	CDI + 1,05%	(6.407)	(5.558)
SWAP Dívida	Br Partners	13/01/2023	17/07/2028	199.760	CDI - 0,10%	(18.572)	(2.481)
SWAP Dívida	Br Partners	09/02/2024	17/02/2031	140.925	CDI + 1,15%	(16.967)	(1.854)
SWAP Dívida	XP Inv.	29/02/2024	17/02/2031	140.924	CDI + 1,15%	(17.121)	(12.661)
SWAP Dívida	XP Inv.	13/03/2023	12/03/2027	383.518	CDI - 0,95%	(31.026)	-
SWAP Dívida	Itaú	13/01/2023	17/07/2028	199.859	CDI	(20.005)	-
SWAP Dívida	Itaú	20/12/2024	15/12/2031	270.000	CDI + 0,85%	1.477	(6.630)
SWAP Dívida	Votorantim	10/12/2024	10/12/2029	100.000	CDI + 0,98%	(449)	-
						(110.371)	(30.861)

Modalidade	Banco	Data de início	Vencimento	Notional	Paridade inicial	(Fair value)	
						2025	2024
Swap Commodities (Sugar)	Fcstone	16/03/2023	30/09/2024	26.683 TON	2.128 a 2.232	-	3.231
						-	3.231

A seguir apresentamos os instrumentos financeiros derivativos por natureza e classificação de acordo com o período de liquidação:

	2025	2024
SWAP	(110.370)	(27.630)
NDF	<u>6.172</u>	<u>2.279</u>
	<u>(104.198)</u>	<u>(25.351)</u>
Ativo circulante	8.892	6.548
Ativo não circulante	1.970	-
Passivo circulante	(37.956)	(8.642)
Passivo não circulante	(77.104)	(23.257)

f. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas oriundas desta operação no resultado do exercício. Em 31 de março de 2025 e 2024, os impactos contabilizados no resultado estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Instrumentos financeiros derivativos realizados	(16.868)	26.920
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	<u>(78.846)</u>	<u>(25.351)</u>
	<u>(95.714)</u>	<u>1.569</u>
(-) IR e CS Diferidos	<u>(26.808)</u>	<u>8.619</u>
Efeito líquido no resultado da Companhia	<u>(68.906)</u>	<u>10.189</u>

g. Mensuração do valor justo

a. Classificação contábil e valores justos

Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo sobre os saldos consolidados.

31 de março de 2025	Notas	Valor contábil			Valor justo			
		Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado / Outros passivo financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	26	8.892	-	8.892	-	8.892	-	8.892
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa - Bancos	10	1.293.577	2.131	1.295.708	-	-	-	-
Contas a receber	11	-	194.897	194.897	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	13	-	99.174	99.174	-	-	-	-
Outros créditos		-	8.417	8.417	-	-	-	-
Depósitos judiciais	17	-	25.662	25.662	-	-	-	-
Passivo financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	26	115.060	-	115.060	-	115.060	-	115.060
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	20	-	221.729	221.729	-	-	-	-
Outras contas a pagar		-	71.751	71.751	-	-	-	-
Parceria agrícola a pagar	18	-	1.814.073	1.814.073	-	-	-	-
Arrendamento a pagar	18	-	17.690	17.690	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	-	2.543.679	2.543.679	-	-	-	-

31 de março de 2024

	Notas	Valor contábil			Valor justo			Total
		Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado / Outros passivo financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	26	6.548	-	6.548	-	6.548	-	6.548
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	10	855.870	12.763	868.633	-	-	-	-
Contas a receber	11	-	201.666	201.666	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	13	-	128.387	128.387	-	-	-	-
Outros ativos		-	6.653	6.653	-	-	-	-
Depósitos judiciais	17	-	25.724	25.724	-	-	-	-
Passivo financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	26	31.899	-	31.899	-	31.899	-	31.899
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	20	-	212.293	212.293	-	-	-	-
Outras contas a pagar		-	77.908	77.908	-	-	-	-
Parceria agrícola a pagar	18	-	1.216.242	1.216.242	-	-	-	-
Arrendamento a pagar	18	-	74.659	74.659	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	-	1.842.155	1.842.155	-	-	-	-

27 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Ativo/Passivo fiscal diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e de passivos e seu respectivo valor contábil.

	2024	Resultado	2025
Provisão para demandas judiciais	14.880	17.156	32.036
Provisão para perda por redução ao valor recuperável no contas a receber	2.026	(163)	1.863
Varição do valor justo do ativo biológico	(117.116)	97.753	(19.363)
Reflexos no resultado do CPC 06 (R2)	73.227	(11.416)	61.811
Varição de derivativos não realizada	8.619	26.808	35.427
Varição cambial não realizada	628	(697)	(69)
Diferença de taxa	(20.820)	(1.804)	(22.624)
Custo atribuído	(75.512)	6.035	(69.477)
Custo Aquisição CRA	(7.771)	(109)	(7.880)
Provisão estoque obsoleto	1.085	301	1.386
Prejuízo fiscal do exercício (*)	-	75.834	75.834
CBIOS	(2.488)	2.488	-
Outras diferenças temporárias	1.530	1.875	3.405
Depreciação acelerada (**)	-	(202.181)	(202.181)
Imposto diferido líquido	(121.712)	11.880	(109.832)

	2023	Resultado	2024
Provisão para demandas judiciais	12.734	2.146	14.880
Provisão para perda por redução ao valor recuperável no contas a receber	1.249	777	2.026
Varição do valor justo do ativo biológico	(114.282)	(2.835)	(117.117)
Reflexos no resultado do CPC 06 (R2)	40.986	32.241	73.227
Varição de derivativos não realizada	3.200	5.419	8.619
Varição cambial não realizada	1.719	(1.091)	628
Diferença de taxa	(14.805)	(6.015)	(20.820)
Custo atribuído	(82.091)	6.579	(75.512)
Custo Aquisição CRA	(6.013)	(1.758)	(7.771)
Provisão estoque obsoleto	1.272	(187)	1.085
CBIOS	(699)	(1.788)	(2.487)
Outras diferenças temporárias	-	1.530	1.530
Imposto diferido líquido	(156.730)	35.018	(121.712)

(*) A Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido de R\$ 75.834 referente aos prejuízos fiscais, uma vez que a Administração considerou provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, podendo ser utilizados contra tais prejuízos. Os prejuízos fiscais e base negativa acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

(**) A partir de 2024 a Companhia adotou Depreciação acelerada incentivada do canavial e do seu ativo imobilizado.

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar e recolher

	2025	2024
Ativo circulante		
Imposto de renda e contribuição social - Estimativas pagas	161.540	104.022
Imposto de renda e contribuição social - Aplicações financeiras	4.506	1.056
	<u>166.046</u>	<u>105.078</u>
Passivo circulante		
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	(31.058)
	-	<u>(31.058)</u>

c. Imposto de renda e contribuição social recolhido mensal por estimativa

	2025	2024
Estimativas de IR e CSLL pagas		
Imposto de renda e contribuição social - Estimativas pagas	107.914	137.140
Imposto de renda e contribuição social - Aplicações financeiras	4.506	13.963
	<u>112.420</u>	<u>151.103</u>

d. Conciliação imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2025	2024
Prejuízo (Lucro contábil) antes do imposto de renda e da contribuição social	(88.636)	503.865
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Alíquota fiscal combinada	30.137	(171.314)
Adições e exclusões permanentes:		
Doações a entidades filantrópicas e desportivas	5.995	5.784
Tributação na fonte sobre venda de créditos de CBIOS	5.258	9.666
Recuperação de indêbitos	-	6.239
Outras adições e exclusões permanentes	<u>1.549</u>	<u>1.767</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>42.938</u>	<u>(147.858)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	31.058	(182.876)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11.880	35.018
Alíquota fiscal efetiva	(48%)	(29%)

28 Receita operacional líquida

A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda de produtos, conforme abertura abaixo:

	2025	2024
Mercado interno		
Açúcar	1.386.209	1.587.228
Etanol	1.592.211	1.329.258
Cbios	62.581	64.442
Outras vendas	26.687	24.429
	3.067.688	3.005.357
Mercado externo		
Açúcar	407.782	648.520
	407.782	648.520
Receita bruta	3.475.470	3.653.877
(-) Impostos s/vendas	(465.944)	(436.350)
(-) Devoluções a abatimentos	(56.014)	(56.324)
Total da receita	2.953.512	3.161.203

No exercício findo em 31 de março de 2025, Companhia possuía um cliente que representava 22% das receitas consolidadas (Em 31 de março de 2024 – um cliente representava 15% das receitas consolidadas). Essas receitas totalizam aproximadamente R\$ 772.216 e são atribuíveis ao segmento de etanol (Em 31 de março de 2025 - receitas de R\$ 549.724 e são atribuíveis ao segmento de etanol). Não há clientes em outros segmentos que representam 10% ou mais da receita de venda totais.

29 Despesas por natureza

	2025	2024
Matéria prima	(301.439)	(332.315)
Despesas com pessoal	(335.910)	(304.163)
Despesas com manutenção	(195.178)	(166.120)
Combustíveis e lubrificantes	(108.699)	(126.916)
Frete, transportes e armazenagem	(119.120)	(162.900)
Depreciação	(51.582)	(48.909)
Amortização do direito de uso	(301.883)	(330.210)
Amortização do ativo biológico	(338.105)	(308.169)
Amortização da lavoura de cana	(308.868)	(277.808)
Amortização de entressafra	(190.929)	(230.830)
Outras despesas	(57.122)	(50.597)
Cbios	(49.534)	(48.203)
Serviços prestados - pessoa jurídica	(142.561)	(124.264)
Taxas e contribuições	(12.004)	(8.439)
	(2.512.934)	(2.519.843)
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Custo dos produtos vendidos	(2.236.364)	(2.226.690)
Despesas com vendas	(144.312)	(187.483)
Despesas administrativas e gerais (i)	(132.258)	(105.670)
	(2.512.934)	(2.519.843)

- (i) No exercício de 2025 houve um incremento no saldo de despesas administrativas que são de natureza não recorrente no montante de R\$ 28.001 devido as despesas com as investigações e a destituição do CEO, conforme nota explicativa nº 2.

30 Outras receitas

	2025	2024
CBIOS (i)	42.217	53.465
Recuperações diversas	8.583	4.780
Venda de sucatas	4.181	4.818
Venda de imobilizado	5.758	6.540
Crédito extemporâneo (ii)	129.647	-
Crédito IRPJ e CSLL	-	18.350
Crédito ICMS	-	34.111
Outras diversas	17.875	4.414
	<u>208.261</u>	<u>126.478</u>

- (i) CBIOS
Constituição de créditos de descarbonização (CBIOS) gerados conforme previsto pela lei 13.576/2017 que criou o Renovabio, utilizada como incentivo da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. Tais ativos são emitidos através de metas de descarbonização e são comercializados em bolsa (B3). Este valor de R\$ 42.217 está classificado como “Etanol” a receita líquida com créditos de descarbonização (CBios).
- (ii) Crédito extemporâneo
Levantamento de créditos presumido PIS/COFINS na aquisição de cana de açúcar, créditos referente exclusão de ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS do Etanol e créditos extemporâneos referentes aquisições de insumos – conforme nota explicativa nº 16.

31 Outras despesas

	2025	2024
Provisão para contingências	(51.342)	(5.762)
Indenizações trabalhistas e cíveis	(1.379)	(373)
Outras diversas	(829)	(808)
	<u>(53.550)</u>	<u>(6.943)</u>

32 Financeiras líquidas

	2025	2024
Receitas financeiras		
Juros	12.673	10.136
Variações cambiais ativas	117	906
Rendimento aplicações financeiras	100.488	86.171
Operações com derivativos	97.933	146.575
Outras	1.180	10.570
	<u>212.391</u>	<u>254.358</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos consórcio	(19.856)	(20.594)
Empréstimos, financiamentos e debentures	(237.025)	(202.667)
Passivo de arrendamento	(146.807)	(134.268)
Variações cambiais passivas	(321)	(101)
Operações com derivativos	(193.647)	(145.005)
Amortização de custos de empréstimo	(4.878)	(2.355)
Comissões liquidação antecipada	-	(3.563)
Outros	(6.754)	(8.886)
	<u>(609.288)</u>	<u>(517.439)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(396.897)</u>	<u>(263.081)</u>

33 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal chave da Administração

O pessoal chave da administração da Companhia é composto pela Diretoria eleita por ocasião da Assembleia Geral Extraordinária.

A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de curto e longo prazo.

b. Operações com pessoal chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia.

Não foram pagos valores a título de:

- (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego);
- (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e
- (c) remuneração baseada em ações.

c. Principais saldos

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2025 são saldos de dividendos referente ao exercício findo em 31 de março de 2025 e 2024.

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Passivo circulante						
Angelina Colombo Participações S.A.	-	-	-	(83.261)	-	-
Outros	-	-	-	(1.290)	-	-
			-	(84.551)	-	-
Saldo a pagar referente a compra de cana-de-açúcar					-	-
João Colombo Agrícola S.A.	-	-	745	198	-	-
	-	-	745	198	-	-
Custo dos produtos vendidos					-	-
Compra de matéria-prima					-	-
João Colombo Agrícola S.A.	-	-	-	-	(31.236)	(34.522)
	-	-	-	-	(34.522)	(34.522)
Direitos de uso						
Direitos de uso - parceria agrícola (a)	581.939	563.559	-	-	-	-
	581.939	563.559	-	-	-	-
Parceria Agrícola						
Parcerias agrícolas a pagar (b)	-	-	598.964	585.826	(34.543)	(32.354)
	-	-	598.964	585.826	(34.543)	(32.354)

- (a) Direitos de uso de terras arrendadas em modalidade de parcerias agrícolas. Parcerias agrícolas com acionistas da Companhia para cultivo de cana-de-açúcar, que apesar da natureza jurídica ser parceria rural na forma do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 com alterações pela Lei nº 11.443 de 05 de janeiro de 2007), passaram a ser enquadrados no conceito de direito de uso da norma contábil em conformidade com o CPC 06 (R2). O cálculo do preço da cana para fins de pagamento de parcerias se baseia no valor do ATR precificado pela metodologia da Consecana. Esse valor sofre ajuste conforme o prazo contratual, volume de produção, extensão da fazenda, tais condições específicas foram devidamente negociadas entre as partes.

- (b) Parcerias agrícolas são com os acionistas da Companhia, para cultivo de cana-de-açúcar, que apesar da natureza jurídica ser parceria rural na forma do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 com alterações pela Lei nº 11.443 de 05 de janeiro de 2007) passaram a ser enquadrados no conceito de direito de uso da norma contábil em conformidade com o CPC 06 (R2). O cálculo do preço da cana para fins de pagamento de parcerias se baseia no valor do ATR precificado pela metodologia da Consecana. Esse valor sofre ajuste conforme o prazo contratual, volume de produção, extensão da fazenda, tais condições específicas foram devidamente negociadas entre as partes.

34 Compromissos

A Companhia possui diversos acordos no mercado de açúcar etanol e energia, os volumes desses acordos estão assim apresentados:

Etanol Hidratado	181.336	[m³]
Etanol Anidro	<u>78.678</u>	[m³]
Total	260.014	[m³]
Exportação Cristal	2.205.770	Sacas 50kg
Exportação VHP	<u>2.460.000</u>	Sacas 50kg
Total	4.665.770	Sacas 50kg

* * *

Composição da Diretoria

Diretoria Executiva

Rogério Aparecido Ferreira de Azevedo
Diretor Presidente

Clever José de Faria
Diretor Comercial

Lucas André Lopes
Diretor operações agrícolas

Hélio Luis Pavani
Diretor de operações industriais

Contador
Marco Aurelio Belotti
TC CRC 149.826

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas KPMG. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://apiconfirmations.kpmg.com.br/Verificar/B6A8-7DA2-0D56-282A>.

Por motivo de segurança e sigilo das informações, não é permitido o download do documento pela tela de validação de assinatura.

Código para verificação: B6A8-7DA2-0D56-282A



Hash do Documento

D67BD7DFD619F55A247837EBBB38F08696C6A86EAFD1E7F0A3814F061CE770DB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/06/2025 é(são) :

- Gustavo Matthiesen - 321.008.008-92 em 06/06/2025 15:01 UTC-03:00

Nome no certificado: Gustavo De Souza Matthiesen

Tipo: Certificado Digital